

EMPRESA
TERMoeLECTRICA PORTUGUESA
S. A. R. L.

RELATÓRIO
DO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
BALANÇO
E
PARECER DO CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO DE 1955

SEDE
RUA DO BOLHÃO, 72-3.º
PORTO

Comissão Organizadora do Exame

1955

CONCEITO

1955

Exame de Admissão ao Curso de Engenharia

Este exame tem por finalidade avaliar o conhecimento adquirido pelos candidatos no curso de Engenharia, bem como a capacidade de aplicação dos conhecimentos adquiridos na prática.

O Exame de Admissão ao Curso de Engenharia é realizado anualmente, em 31 de maio.

EXERCÍCIO DE 1955

1. Um corpo de massa m é lançado do topo de uma montanha com velocidade inicial v_0 . O corpo desce a montanha e atinge o solo com velocidade v . Calcule a altura da montanha.

2. Um corpo de massa m é lançado do topo de uma montanha com velocidade inicial v_0 . O corpo desce a montanha e atinge o solo com velocidade v . Calcule a altura da montanha.

3. Um corpo de massa m é lançado do topo de uma montanha com velocidade inicial v_0 . O corpo desce a montanha e atinge o solo com velocidade v . Calcule a altura da montanha.

4. Um corpo de massa m é lançado do topo de uma montanha com velocidade inicial v_0 . O corpo desce a montanha e atinge o solo com velocidade v . Calcule a altura da montanha.

5. Um corpo de massa m é lançado do topo de uma montanha com velocidade inicial v_0 . O corpo desce a montanha e atinge o solo com velocidade v . Calcule a altura da montanha.

EMPRESA TERMoeLECTRICA PORTUGUESA

S. A. R. L.

CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

São convocados os Senhores Accionistas para reunir em Assembleia Geral Ordinária, na sede social, Rua do Bolhão, 72-3.º, pelas 15 horas do dia 19 de Março do corrente ano, com a seguinte ordem do dia:

- 1.º—Discutir, aprovar ou modificar o Relatório e Contas do Conselho de Administração e Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1955;
- 2.º—Votar, nos termos do artigo 197.º do Código Commercial, sobre uma proposta do Conselho de Administração para a emissão de obrigações.

Nos termos do artigo 23.º dos Estatutos, podem os Accionistas fazer-se representar por outro Accionista, para o que basta uma carta dirigida ao Presidente da Mesa, até 3 dias antes do fixado para a Assembleia Geral e firmada em termos que não dêem lugar a dúvidas sobre a identidade do representado.

Porto, 29 de Fevereiro de 1956

O Presidente da Assembleia Geral
Pela COMPANHIA HIDRO ELÉCTRICA
DO NORTE DE PORTUGAL (CHENOP)

a) *Dr. Alberto Cruz*

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACCIONISTAS:

1—Ao fechar o segundo exercício da nossa gerência, é-nos possível dar-vos notícia da nossa missão em termos mais concretos e animadores do que os que vos apresentamos no relatório transacto.

Estava-se então na fase dos estudos, em que o trabalho, por intenso que seja, não avulta quanto desejam os que o fazem nem quanto o esperam os que o apreciam; apresentava-se à nossa frente, limitando todos os optimismos, a dúvida sobre os resultados da queima em pulverizado, única solução possível para o tamanho da unidade a montar, dos carvões durienses, até então apenas utilizados sobre grelha em caldeiras de pequena ou média potência; e oferecia-se ainda como incerto o programa de ensaios industriais que seria possível realizar, sabido que nem sempre é fácil encontrar instalações adequadas cujo serviço permita a perturbação que uma marcha experimental ocasiona.

Estamos hoje em posição bem mais favorável, porque às dúvidas se substituíram algumas certezas. Concluídos os ensaios laboratoriais, feitos em Portugal, França e Alemanha, e efectuados quatro ensaios industriais em Espanha, Bélgica e Inglaterra (2), para os quais remetemos cerca de 5.000 toneladas de carvão, formado por partes iguais de S. Pedro da Cova e Pejão, passámos a dispor de elementos que permitem afirmar que o carvão arde com rendimento regular e sem dificuldades excepcionais, uma vez que a caldeira seja adequada e se adicione, principalmente em cargas baixas, pequena percentagem de óleo como combustível de suporte.

Estas conclusões, que resumem a matéria mais importante e mais laboriosa dos estudos, permitiram aos construtores de caldeiras fazer propostas concretas e permitiram-nos a nós caminhar imediatamente no sentido das realizações.

2—Concluídos em Junho do ano findo os ensaios do carvão, foi possível em 2 de Setembro entregar na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos o anteprojecto da Central, de acordo com o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 39.632; a ele se anexaram os cadernos de encargos de todo o equipamento principal, já nessa data remetidos aos fabricantes consultados.

Fixada entretanto a localização da Central, na margem direita do Douro, um pouco a montante da foz do Sousa, entre Broalhos e Pombal, no sítio conhecido por Tapada do Outeiro, os primeiros contactos com os proprietários mostraram a dificuldade de comprar o terreno, não por recusa de venda das parcelas, mas pelos preços excessivos que nos pediam — cerca de quatro vezes superiores a um preço normal, já fixado com generosidade.

Requerido, por isso, o direito de expropriação por utilidade pública, bastou a publicação do diploma no Diário do Governo para modificar a atitude dos vendedores, com os quais acabou por ser possível o acordo amigável sem intervenção judicial.

Como já nessa data se concluíra o projecto de terraplenagens, acessos e muros de suporte, foi possível pouco depois adjudicar a respectiva empreitada, presentemente em curso de execução.

Simultâneamente, foram-se fazendo adjudicações do equipamento, estando passadas nesta data as encomendas seguintes:

- do turbo-grupo de 50.000 kW e material auxiliar;
- da caldeira e material auxiliar;
- dos transformadores;
- dos teleféricos para o transporte de carvão das minas;
- do material de manuseamento de carvão em parque.

O restante material fundamental (equipamento da subestação, serviços eléctricos auxiliares e ponte rolante) deverá

ser encomendado dentro de algumas semanas. Procede-se neste momento à elaboração dos projectos dos edificios e obras auxiliares de construção civil, contando-se adjudicar as empreitadas nos prazos previstos.

Se os acordos feitos com os fornecedores do equipamento forem cumpridos por estes, esperamos ter a Central em ordem de marcha no verão de 1958.

A montagem da turbina a gás de 20.000 kW, como antecipação da Central a vapor, a que se fez referência no relatório passado, foi abandonada; por despacho ministerial de Abril de 1955, foi aquela montagem considerada inoportuna.

3—Para ocorrer às despesas com obras e encomendas fez-se em Novembro a chamada de 30 % de capital, como foi anunciado no relatório passado. Para o ano corrente, o programa de investimentos que nos acaba de ser comunicado pelo Fundo de Fomento Nacional prevê a emissão de 45.000 contos de obrigações, dos quais 25.000 serão tomados pelas Caixas de Previdência.

Para esta emissão se pede o voto afirmativo da Assembleia Geral, nos termos do artigo 197.º do Código Comercial.

Alguns números do Balanço justificam pequenos esclarecimentos. As Despesas de Constituição apresentam aumento considerável em relação ao ano anterior, devido à selagem das cautelas representativas das acções, que atingiu a importância de 450.000\$00; os Encargos Gerais da Construção, além das despesas de projectos e fiscalização, englobam 2.220 contos, custo dos ensaios do carvão a que atrás se alude; por último, o valor inscrito sob a rubrica Central da Tapada do Outeiro respeita, sobretudo, aos terrenos comprados e às prestações já pagas da empreitada de terraplenagens em curso.

4—Não podemos fechar este relatório sem duas palavras de agradecimento à Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos e à Direcção-Geral de Minas que, mais do que facilidades, nos têm dado uma colaboração solícita e efectiva, que apreciamos pelo que vale e pelo que significa de estímulo e de interesse.

Igualmente agradecemos ao Conselho Fiscal a real diligência com que acompanha a vida da Empresa nesta fase de preocupações, e a todo o pessoal a dedicação com que cumpre a parcela que a cada um cabe na obra comum.

Porto, 22 de Fevereiro de 1956.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Nascimento Ferreira Dias Jr. - Presidente
(Companhia Nacional de Electricidade)

António Leite Paes de Faria - Administrador - Delegado

José Albino Machado Vaz

Augusto Farinas d'Almeida
(Companhia das Minas de Carvão de S. Pedro da Cova)

Mamede Mendes de Sousa Fialho
(União Eléctrica Portuguesa)

BALANÇO
E
RESULTADOS GERAIS

EMPRESA TERMoeLECTRICA PORTUGUESA

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1955

ACTIVO			PASSIVO		
Disponível			Exigível		
Caixa	30.513\$10	32.171.838\$80	Contas Correntes (Saldo Credores)		694.946\$30
Bancos	32.141.325\$70				
Realizável			SITUAÇÃO LÍQUIDA		
Accionistas	46.500.000\$00	46.639.258\$40	Inicial		
Contas Correntes (Saldo Devedores)	59.688\$20		Capital — Acções		90.000.000\$00
Existências	79.570\$20				
Imobilizado			Acumulada		
Móveis e Utensílios	401.678\$50	108.630\$00	Provisões:		
Material de Transportes-Viaturas	108.630\$00		Fundo de Conservação de Viaturas		10.221\$10
PRIMEIRO ESTABELECIMENTO			Rectificativa		
Central da Tapada do Outeiro	4.931.295\$60	11.941.998\$00	Reintegrações		47.927\$80
Encargos Gerais das Construções	2.637.132\$80		Contas de Ordem		
Despesas de Constituição	1.159.438\$10		Credores por Cauções Estatutárias		300.000\$00
Exercícios findos:			Credores por Material Encomendado		48.875.797\$20
Exercício de 1954	1.040.953\$70	11.431.689\$50			
Exercício de 1955	1.662.869\$30				
Contas de Ordem					
Cauções Estatutárias	300.000\$00	49.175.797\$20			
Material Encomendado	48.875.797\$20				
		139.928.892\$40			139.928.892\$40

Porto, 27 de Janeiro de 1956

O CHEFE DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

Carlos Barata Gagliardini Graça

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Nascimento Ferreira Dias Jr. - Presidente
(Companhia Nacional de Electricidade)

António Leite Paes de Faria - Administrador - Delegado

José Albino Machado Vaz

Augusto Farinas d'Almeida
(Companhia das Minas de Carvão de S. Pedro da Cova)

Mamede Mendes de Sousa Fialho
(União Eléctrica Portuguesa)

EMPRESA TERMOELECTRICA PORTUGUESA

DESENVOLVIMENTO DA CONTA «EXERCÍCIOS FINDOS»

EXERCÍCIO DE 1955

[illegible]

Porto, 27 de Janeiro de 1956

O CHEFE DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

Carlos Barata Gagliardini Graça

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Nascimento Ferrelra Dias Jr. - Presidente
(Companhia Nacional de Electricidade)

António Leite Paes de Faria - Administrador - Delegado

José Albino Machado Vaz

Augusto Farinas d'Almeida

(Companhia das Minas de Carvão de S. Pedro da Cova)

Mamede Mendes de Sousa Flalho

(União Eléctrica Portuguesa)

BRASIL, 1970.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Conselho Fiscal do Conselho Fiscal

Conselho Fiscal do Conselho Fiscal

Conselho Fiscal do Conselho Fiscal

Conselho Fiscal do Conselho Fiscal

Conselho Fiscal do Conselho Fiscal

Conselho Fiscal do Conselho Fiscal

Conselho Fiscal do Conselho Fiscal

Conselho Fiscal do Conselho Fiscal

SENHORES ACCIONISTAS:

O Conselho Fiscal no desempenho das suas funções legais e estatutárias acompanhou durante o ano findo o desenvolvimento da actividade administrativa da Empresa, verificando o zelo e o acerto postos pela Administração nas soluções adoptadas em presença das diversas e por vezes difíceis situações que se apresentaram.

Examinou também periodicamente a Contabilidade da Empresa, verificando que tudo estava em ordem e devidamente escriturado pelo que dá a sua plena concordância ao relatório, balanço e contas do exercício findo.

Nestes termos o Conselho Fiscal propõe:

- 1.º—que aproveie as contas e o relatório;
- 2.º—um voto de louvor à Administração pela forma como geriu os negócios da Empresa.

Porto, 29 de Fevereiro de 1956

O CONSELHO FISCAL

Agnelo Galamba de Oliveira — Presidente

Afonso de Mello Pinto Veloso
(Companhias Reunidas Gás e Electricidade)

António de Miranda e Abreu Teixeira de Vasconcelos
(Hidro Eléctrica do Douro)

